

ARTIGO

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: a lógica instrumental do acesso à informação e ao conhecimento*INFORMATION SOCIETY: the instrumental logic of access to information and knowledge*Vinicius Aleixo Gerbasi
Unesp**RESUMO**

A ideia de sociedade da informação não pode ser desvinculada da estrutura sócio-produtiva. No capitalismo contemporâneo, o imaterial constitui fator preponderante no modelo produtivo, à medida que o campo informacional passa a ser de suma importância no processo produtivo-econômico, científico e cultural. Informação e conhecimento caracterizam-se como fatores intrínsecos à reconfiguração produtiva, na qual se opera a racionalização e a apropriação de várias frentes: Ciência e Tecnologia, inovação e apropriação da cooperação e das relações sociais. Por essa razão, sua devida operacionalização e instrumentalidade são essenciais para a criação de mais-valia. Este artigo apresenta uma breve análise crítica sobre o termo sociedade da informação e ressalta o plano histórico-ideológico a partir do qual este foi elaborado. Os conceitos de "Economia do Conhecimento" e "Regime de Informação" são introduzidos. A metodologia utilizada é de natureza bibliográfico-exploratória. Como conclusão, reflete sobre a importância da disseminação da informação e do conhecimento como processo de democratização. Para além da operacionalização da informação científica e de métodos de controle que visam captar informações e conhecimento e, portanto, de geração de mais-valia, as tecnologias de informação e a cidadania têm colocado no horizonte possíveis ações e capacidades de transformação, ainda que imparciais e instáveis.

Palavras-chave: Capitalismo. Sociedade da informação. Economia do Conhecimento. Regime de Informação. Informação-mercadoria.

ABSTRACT

The idea of an information society cannot dissociate from the socio-productive structure. In contemporary capitalism, the immaterial is a preponderant factor in the productive model. Due to the informational field becomes essential in the productive-economic, scientific and cultural process. Information and knowledge characterize as intrinsic factors to the productive reconfiguration to capitalism, in which the rationalization and appropriation is shaped: Science and Technology, innovation and appropriation of cooperation and social relations. For this reason, their proper operation and instrumentality are very important for the creation of surplus value. This article presents a brief critical analysis of the term information society and highlights the historical-ideological plan from which it elaborated. We introduces the concepts of "Knowledge Economy" and "Information Regime". The methodology used is of bibliographic-exploratory nature. As a conclusion, it reflects on the importance of the dissemination of information and knowledge as a process of democratization. The operationalization of scientific information and control methods that seek to capture information and knowledge, and thus generate surplus value, information technologies and citizenship have put in the horizon possible actions and capacities of transformation, even if impartial and unstable.

Keywords: Capitalism. Society of information. Information-commodity. Productive reconfiguration. Information. Knowledge.

1 INTRODUÇÃO

Profundas transformações no campo tecnológico-científico, produtivo e cultural, e a importância das dimensões informação, conhecimento e da comunicação nestes processos, definem a Sociedade da Informação.

O presente artigo propõe apresentar fundamentos para uma perspectiva crítica da Sociedade da Informação, ressaltando a instrumentalidade das dimensões imateriais, tais como informação, conhecimento e os processos comunicacionais, os quais organizam as bases sociais e produtivas no capitalismo contemporâneo e, em última instância, é colocado à prova o próprio conceito de sociedade da informação.

Os conceitos de “Economia do Conhecimento” e “Regimes de Informação” serão discutidos. No plano teórico-analítico, estes conceitos articulam de forma crítica a existência da instrumentalidade e operacionalização em relação à informação, ao conhecimento e ao trabalho cultural e intelectual, vetores necessários à acumulação capitalista. Tecnologia, inovação e aprendizado tornam-se essenciais em função do aspecto imaterial do desenvolvimento e da reconfiguração econômica. Nesse aspecto, fazemos um contraponto às possibilidades abertas de utilização dessas dimensões para além de sua operacionalização e instrumentalização.

O artigo é de natureza bibliográfica-exploratória, a abordagem dialética e crítica permite também trazer à luz as contradições e os antagonismos inerentes ao capital, apreendendo o movimento das forças antagônicas e da multiplicidade dos sujeitos e suas potencialidades cognitivas. O método dialético propõe a compreensão do sistema capitalista enquanto desenvolvimento das estruturas capitalistas, mas também de suas contradições (FUCHS, 2012). A abordagem aqui focada compreende a sociedade da informação a partir de sua estrutura “socioeconômica” e de sua “historicidade” (ARAÚJO, 2009), reveladores de contradições e de dinâmicas de poder, que levam a desigualdade de acesso e a sua instrumentalização para fins ideológicos e econômico-produtivos.

2 SOBRE A IDEIA DE SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: breve histórico do termo

A Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, realizada em 2003 em Genebra, e em 2005 em Túnis, ressalta a importância da educação tecnológica, do acesso

ao conhecimento, da cooperação internacional, da capacitação profissional e das políticas públicas em infraestrutura para as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), em todas as suas aplicações científicas, econômicas e sociais.

Como entender em termos teóricos a sociedade da informação? É preciso compreendê-la a partir de um marco referencial crítico, expondo suas especificidades históricas, culturais econômicas, técnico-comunicacionais e políticas. Indagando-se sobre a legitimidade na substituição do termo capitalismo pelo de Sociedade da Informação, Fuchs (2012) apresenta duas tipologias para discutir essa questão. Há aqueles que defendem ser a Sociedade da Informação como uma descontinuidade com o capitalismo – nesse grupo estão Bell e Castells, para os quais as transformações tecnológicas nos levaram a outra ordem social e econômica (FUCHS, 2012). Assim, a sociedade “pós-industrial” (BELL, 1977), a “sociedade em redes” (CASTELLS, 1999) ou a sociedade pós-capitalista (DRUCKER, 2003) sustentam que as relações sociais e os interesses de classe estariam erodindo. Com a emergência de um novo paradigma produtivo, transformação em que a tecnologia, a ciência e o conhecimento passam a caracterizar o processo de valorização do capital, o argumento desses autores é de que a análise sociológica referente ao capitalismo industrial se torna insuficiente para compreender as especificidades da Sociedade da Informação. Nessa corrente, pesa muito o fato de que tecnologia, educação e aprendizado estariam tornando os indivíduos mais competentes e inteligentes, tendo, como consequência, o aumento da participação e da consciência política.

Por outro lado, há aqueles que percebem a Sociedade da Informação em termos de continuidade com o capitalismo. Esses advogam que, apesar de profundas mudanças estruturais nas relações sociais e de produção, vivemos ainda no capitalismo, uma vez que a valorização do capital e a mercantilização da vida são as dimensões mediadoras da sociedade. Tal pensamento é representado pela perspectiva do “capitalismo cognitivo” (HARDT; NEGRI, 2005) e do “capitalismo digital” (SCHILLER, 2011).

Cabe dizer que, no plano geopolítico, a ideia de democratização via universalização das tecnologias de informação às massas será levada pelo caráter prático que cumpre o “Relatório Nora-Minc” (MATTELART, 2006). Há, nesse sentido, uma preocupação com as estratégias de industrialização da informação por parte dos países desenvolvidos, ainda que, segundo Mattelart (2006), não fosse exatamente essa a ideia dos autores ao elaborarem o relatório. O ponto de partida de Mattelart (2006) é o

papel do Japão como modelo “político-administrativo” que, desde a década de 1970, havia instalado uma estratégia nacional com o objetivo de responder aos desafios das novas tecnologias, e que talvez teria evitado a recessão da crise dos anos 70. A ideia de “crise” é exatamente a que teria norteado os discursos das grandes economias mundiais sobre a “informatização”.

O processo de globalização destaca uma característica importante: o argumento dos “fluxos de informação”, no qual é levada em conta a quantidade das informações, e não o seu conteúdo. Desse ponto de vista, pode-se inferir que o foco está na liberdade e completa mobilidade e rapidez dos “fluxos de capitais” e dos mercados (CASTELLS, 1999; MATTELART, 2000; SCHILLER, 1984). E é, de fato, esse processo que corresponde à ruptura das nações em detrimento do funcionamento do sistema capitalista, já que as redes sustentam e reproduzem os fluxos de decisões, de investimentos. A não legitimidade em relação aos processos decisórios e à soberania do Estado frente à centralidade das empresas transnacionais, com a conseqüente derrota do estado de bem-estar social, o qual foi perdendo energia, ao mesmo tempo em que a lógica do mercado e da competição entre os indivíduos, foi moldando as sociedades capitalistas.

Os países, principalmente os menos desenvolvidos, que carecem de infraestrutura, de tecnologia e de educação, acabam sendo os mais prejudicados e vulneráveis às pressões comerciais, por falta de recursos financeiros que possam gerenciar e produzir recursos humanos e tecnológicos que levariam a uma situação de maior competitividade. Por outro lado, o funcionamento da empresa transnacional e sua atuação nos territórios influenciam negativamente as culturas locais, subordinadas ao processo de universalização do capital. As empresas estrangeiras na América Latina, por exemplo, ao imporem padrões de consumo e de exploração do trabalho, destroem o núcleo social dos valores e das práticas culturais (FROHMANN, 1993). Aqui, percebe-se a destituição em relação ao conhecimento e às identidades tradicionais. Se antes estes possuíam um conjunto de valores e crenças, transmitidos de uma geração a outra e que permitiam uma coesão ao grupo, agora se caracterizam como mais dentre tantas outras informações no contexto globalizante do capitalismo. Assim, o conjunto de hábitos, práticas sociais e tradições vai perdendo o significado que tinha para o grupo, de modo a ser incorporado em outros sistemas de valores e visões de mundo; que se definem a partir de uma concepção utilitarista e mercadológica e racional em nível mundial.

É importante notar a rápida mobilidade comunicativa, que acentua ainda mais a transformação da produtividade econômica, atualmente em curso, qual seja, a compressão das barreiras de tempo e espaço na expansão do capital e na imprevisibilidade nas mudanças do mercado financeiro, tão velozes quanto os *bits* que são trocados diariamente; os fluxos financeiros e a descentralização dos sistemas produtivos e do conhecimento. Esses condicionantes, apreendidos sob o influxo das transformações qualitativas subsidiadas pelo processo de acumulação do capital, sugerem, de acordo com Harvey (1992, p. 181), “[...] a flexibilidade conseguida na produção, nos mercados de trabalho e no consumo antes como resultado de soluções financeiras para as tendências da crise do capitalismo do que o contrário.” É nesse sentido que se constroem regulações institucionais e político-econômicas, e também ideológicas, como podem ser observadas com o surgimento de mecanismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização Mundial para a Propriedade Intelectual (WIPO) e a União Internacional das Telecomunicações (ITU), como destaca Mattelart (2008).

Na França, por exemplo, a preocupação em relação aos desafios advindos com as tecnologias de informação vinha se fazendo sentir desde o final da década de 70, ocasião em que o relatório Nora-Minc, cujo objetivo era demonstrar os efeitos da informatização da sociedade, veio afirmar o papel redentor a ser desempenhado pela comunicação. O relatório sustenta que, com a informatização, inicia-se um ambiente favorável aos diálogos entre Estado, instituições e sociedade civil. Com isso, há a necessidade em promover comunicações laterais, em contrapartida da comunicação centralizada da mídia de massa, trazendo à tona vários grupos e desejos sociais, formalizando uma gestão do consenso e o surgimento de uma “ágora informacional” (MATTELART, 2006).

Uma afirmativa por diversas vezes salientada no relatório se encontra no entendimento de que as pequenas e médias empresas, tendo em vista a criação de empregos que podem gerar, têm levado os países a alargarem as políticas referentes a competências tecnológicas e de acesso à internet.

3 A INSTRUMENTALIDADE DO ACESSO E DA CRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: pressupostos de análise

No atual contexto produtivo, uma grande parte dos serviços e bens produzidos caracteriza-se pela sua imaterialidade, criando uma natureza econômica em função de novas modalidades de apropriação privada da informação e do conhecimento. O desenvolvimento tecnológico propicia um nível de circulação e produção que, por sua vez, vai produzir formas de mercados e concorrência em consequência do desenvolvimento tecnológico das comunicações, à medida que aumentam a socialização das informações. Ao mesmo tempo, colocará novos problemas e contradições de “valor” de “regulação” das redes e dos direitos de propriedade intelectual, este último fruto de uma convenção social e das modalidades de apropriação do imaterial pelo capital (HERSCOVICI, 2012).

3.1 APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO CIENTÍFICA

O atual estágio das transformações econômicas e sócio-tecnológicas produz configurações produtivas, as quais colocam o imaterial ou o informacional como processo fundamental.

A interação universidade-empresa-sociedade promove uma lógica interna de produção científica ligada à produtividade científica, ou seja, as possibilidades que esta tem de influenciar a competitividade do mercado e se transformar em algum tipo de atividade econômica. Isso concretiza uma “espécie de apropriação privada” dos recursos públicos destinados à produção de informação científica, uma vez que o acesso gratuito das empresas não implica em contrapartida, um oferecimento aos pesquisadores vinculados às instituições/universidade públicas (BOLANO, 2003; BOLAÑO, KOBASHI, SANTOS, 2006, 206, p. 128). Essa relação caracteriza-se pela relação de gratuidade do acesso público às bases de dados pelas empresas individuais, o que será crucial para acumulação de capital e da competitividade de cada setor.

A “informação científica certificada”, legitimada no universo acadêmico, produzida e reconhecida no âmbito de cada campo de conhecimento científico, promove um conjunto de atividades mercantis, desenvolvendo atividades comerciais como

editoração e comercialização de base das informações científicas produzidas pelos autores/pesquisadores (BOLAÑO, KOBASHI, SANTOS, 2006, p. 128).

A informação, nesse contexto, demonstra a limitação analítica da forma mercadoria, já que é de quantificação invariável, dada sua especificidade imaterial e os diversos valores de uso que poderá ter. Outras motivações explicam também a criação da informação científica como o prestígio acadêmico (HERSCOVICI; BOLAÑO, 2005).

A deformidade entre utilização social da informação científica pública e utilização privada constitui o núcleo da Economia do Conhecimento: o processo de apropriação privada está vinculado a uma “acumulação primitiva do capital às expensas do conjunto da sociedade; da informação científica como função pública, de cooptação da pesquisa das universidades, a partir de investimentos públicos, por parte da iniciativa privada. Apesar disto, ela promove um paradoxo, à medida que a “socialização de informação” vai criar formas não econômicas de informação e conhecimento ao conjunto social (HERSCOVICI, BOLAÑO, 2005). É essa contradição permanente entre o acesso público e o caráter não público, portanto privado, da informação e do conhecimento que marca a Economia do Conhecimento e, além disso, sua apropriação privada, seja a partir de preços, seja a partir da implementação de direitos de propriedade intelectual (ciência e tecnologia). Essa especificidade faz surgir um tipo também específico de produção, denominada Economia do Conhecimento:

A economia atual, na qual a Informação e todas as formas de Conhecimento têm um papel chave, é o objeto desta contradição: se, por um lado, ela oferece condições para criar espaços democráticos e para divulgar Informação e Conhecimento, por outro lado, em função das lógicas da acumulação capitalista, ela tem que limitar, a partir de um sistema de exclusão pelos preços, ou de um sistema de direito de propriedade, as modalidades de acesso social a essas Informações. É apenas a partir do estabelecimento de determinadas convenções, ou seja, de determinadas combinações entre o econômico e o extra-econômico, que essas oportunidades de re-apropriação social da Informação poderão se tornar efetivas; essas arbitragens sociais vão determinar as modalidades concretas de apropriação da Informação e do Conhecimento (HERSCOVICI; BOLAÑO, 2005, p. 20).

Nota-se o caráter contraditório deste tipo de Economia do Conhecimento, uma vez que informação e conhecimento ostentam a possibilidade de serem rearticulados de forma social e não privada, embora seja justamente esse mecanismo que define o processo de conversão da informação pública e científica ao processo de acumulação do capital.

O surgimento no capitalismo da Economia do Conhecimento se definirá (BOLAÑO, 2003; HERCOVICI, BOLAÑO, 2005) em torno da emergência de um espaço que se assemelha à comunidade científica, e esta, por sua vez, será cada vez mais influenciada pela dinâmica competitiva industrial. Salienta-se, dessa forma, que há um elo comum entre a esfera pública acadêmica e uma mais ampla, na qual se podem definir como os sistemas de divulgação científica, espaços que são responsáveis pela interlocução entre os agentes que compõem as ciências certificadas que adquirem uma importância fundamental no contexto onde há a inovação e o conhecimento como eixos centrais da acumulação. Nesse contexto de “renovação da esfera pública”, a organização do trabalho também é reorganizada, tornando visíveis seus aspectos intelectuais.

A Economia do Conhecimento pela interação entre conhecimento tácito e codificado depende hoje da existência de enormes bancos de dados informatizados, que deverão ser constantemente renovados, não simplesmente no sentido de que novos dados serão agregados, mas também no sentido de uma codificação ininterrupta, o que exige o manejo de códigos em permanente atualização, articulando os “trabalhadores intelectuais” dos diferentes campos do saber, usuários daqueles bancos, e os “trabalhadores da informação”, qual sejam, os técnicos alimentadores e mantenedores dos bancos de dados, responsáveis pela sua manutenção dos ambientes vivos da “comunicação produtiva” (HERSCOVICI; BOLAÑO, 2005, p. 04-05). Ocorre aqui uma divisão do trabalho com informação: o dos pesquisadores, cujo objetivo é o de codificar as informações, gerando, ao mesmo tempo, informações tangíveis e intangíveis (codificadas), numa relação dialética e contínua. E também outro tipo de função, mais técnico, que é realizada por indivíduos que alimentam e administram o banco de dados das pesquisas, sempre inseridos em áreas específicas em torno das quais certos códigos são socializados pela comunidade.

Mas também um outro elemento importante para pensar o aspecto produtivo-organizacional na sociedade da informação: é a existência do conhecimento tácito e sua articulação e apropriação nas formas de produção.

3.2 A APROPRIAÇÃO DO CONHECIMENTO IMPLÍCITO

A diversificação de estratégias produtivas para manter o fluxo de conhecimento específico em cada realidade empresarial, incrementando sua competitividade, passa por canais estruturáveis ou não estruturáveis, formais ou não formais.

Brito (2008, p. 136), citando Nonaka e Takeuchi, lembra que a criação do conhecimento organizacional diz respeito a um processo que “amplia organizacionalmente o conhecimento criado pelos indivíduos cristalizando-o como parte da rede de conhecimentos da organização.” A gestão do conhecimento, portanto, teria como principais desafios a aquisição e a transferência do conhecimento pessoal do trabalhador (tácito) e do conhecimento declarativo (explícito) num processo de transformação interativa e em espiral (BRITO, 2008 p. 137). As estratégias de socialização, externalização, combinação e internalização, formam o esquema conceitual para as relações possíveis entre conhecimento tácito e conhecimento tácito/explicito.

A cultura organizacional e a gestão do conhecimento mostram o nível estratégico e a instrumentalidade na qual se assentam o conhecimento e sua utilização como fator estratégico para a competitividade. Nonaka e Takeuchi foram os precursores dos estudos da gestão do conhecimento. O surgimento da Gestão do Conhecimento nos anos 90, elaborada por Nonaka e Takeuchi, significou um importante processo de “subsunção do trabalho intelectual ao capital” (BOLAÑO, 2002; BOLAÑO; MATTOS, 2002). Como propõem Nonaka e Takeuchi *apud* Brito (2008, p. 136), para que se realize o processo de criação do conhecimento organizacional, por meio do qual se fortalecerá o capital intangível das empresas, e relacionado ao impacto da empresa no mercado, o aumento do “capital humano” e “intelectual” se constitui em modelos gerenciais do conhecimento. Eles são consolidados na combinação da percepção, criação, avaliação e disseminação dos conhecimentos tácitos e explícitos, formando, assim, uma interação espiralada. Ainda no que diz respeito ao espaço cada vez maior destas ferramentas, pode-se citar a importância da diferenciação entre “fluxos de informações estruturáveis”, que podem ser transponíveis em suportes físicos e alguma forma de registro ou documento, e os “fluxos de informações não estruturáveis”, os quais constituem as vivências e saberes, não registrados, de um determinado grupo ou organização, e que se caracterizam pela aprendizagem organizacional e pela socialização de conhecimento em um espaço organizacional também específico (VALENTIM, 2010, p. 15-19).

A codificação gera conhecimento tácito, que, por sua vez, gera conhecimento explícito, garantindo aquela espiral infinita existente na criação do conhecimento científico, mas também em outras formas de conhecimento e de inovação.

Processar, armazenar, recuperar e comunicar informações não apenas se restringem à materialidade de documentos, disponíveis em vários formatos e mídias através da internet, mas multiplicam as fontes e os canais entre emissor e receptor, sejam instituições, empresas ou indivíduos. Para Robredo (2003, p. 104):

A informação é suscetível de ser: registrada (codificada) de diversas formas; duplicada e reproduzida *ad infinitum*; transmitida por diversos meios; conservada e armazenada em suportes diversos; medida e quantificada; adicionada a outras informações; organizada, processada e reorganizada segundo diversos critérios; recuperada quando necessário segundo regras preestabelecidas.

Informação tem o significado de informar alguém através de um processo comunicativo. Como sugere Buckland (2004), a “informação – como – coisa” sugere o conhecimento que determinado indivíduo possui sobre informações às quais ele informa alguém (por exemplo, um evento ou assunto). Mas tal processo é registrado em um sinal, linguagem ou texto, tornando-se novamente “informação – como – coisa”: “[...] não pode existir algo como um sistema específico de ‘conhecimento fundamentado’ ou um sistema de ‘acesso ao conhecimento’, somente sistemas baseados em representações físicas de conhecimento.” (BUCKLAND, 2004, p. 03).

Daí que seja a informação o processo de informar alguém, sejam informações inscritas em um sistema de informação específico (como uma biblioteca, museu, base dados), ou, ainda, a informação com o objetivo de gerar conhecimento a alguém ela sempre será representada através de um suporte (digital, escrita) ou em algum processo comunicacional, caracterizando-se como “energia” para a criação de possíveis significados.

Outro ponto crucial para a investigação teórica do estatuto epistêmico e social da informação é seu caráter mercadológico. Se ela passa a ser importante nas transformações do capitalismo, no que diz respeito aos processos econômicos e organizativos, ela passa a ser fundamental também para os processos ideológicos e culturais que os sustentam e os reproduzem.

3.3 REGIME DE INFORMAÇÃO: da característica pública à finalidade comercial

O domínio do poder informacional deixa de ser o Estado, o governo, as editoras ou as bibliotecas, para ser a escrita e o discurso, os dispositivos complexos como os sistemas de rádio aberta ou a Internet, ou qualquer das constelações institucionais que intervenham na construção “categorial-documentária” de “identidades oficiais”, “individuais e coletivas” (pensamos em categorias tal como as denominações de estrangeiro, aposentado, entre outras) (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012). A informação, nesse sentido, aparece dinamizada em vários aparelhos e dispositivos, passa a ser volátil e flexível, contemplando muitas narrativas e significados. E uma vez colada à estrutura capitalista de produção, a forma de mercadoria da informação (consumo, propaganda) passa a ter um atributo e especialmente preponderante.

Frohmann é quem propõe, de maneira explícita, o conceito de “regimes de informação”, criticando o reducionismo do estudo das abordagens da política, praticas no âmbito da Ciência da Informação e da Biblioteconomia (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012). A crítica a esse reducionismo é dirigida às abordagens que consideram as “políticas de informação” como uma classe das políticas governamentais restritas ao âmbito estatal. Uma abordagem direta dessa implicação seria as políticas de informação referentes à produção, disseminação e organização da informação científico-tecnológica. Mas nota-se que, a partir da década de 70, as abordagens da política de informação se tornam ineficientes, dada a equiparação da informação aos bens de consumo, *as commodites*.

Assim, os grandes sistemas de informação não mais poderiam estar confinados ao planejamento e competência estatais, se estivessem regidos pelos mercados sujeitos a condições privadas de produção e acesso. O Estado fica sendo, então, um agente passivo, facilitador dos processos de acumulação. Nesse horizonte, a disciplina acadêmica, cujo objetivo é a abordagem de questões de políticas informacionais, passa a ser ilusória (FROHMANN, 1995). A proliferação de questões acerca dos estudos técnicos e instrumentais de acesso aos documentos e a implementação de tecnologia no âmbito dos governos criariam um agrupamento de questões mais próximas da gestão e não da política:

O foco em problemas instrumentais e em questões epistemológicas envolvidas com a demarcação e policiamento das fronteiras entre as disciplinas, desvia a

atenção das questões de como o poder é exercido e, é através das relações sociais mediadas pela informação, como o domínio sobre a informação é alcançado e mantido por grupos específicos, e como formas específicas de dominação – especialmente de raça, classe, sexo e gênero – estão implicadas no exercício entre poder e informação (FROHMANN, *apud* GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 51).

O descolamento da lógica político-estatal em direção à esfera do mercado não anula a relação inerente entre política e poder, nem reduz necessariamente as formas de controle e vigilância do Estado; tratando-se antes de uma mudança de direcionamento. Além disso, demarca a operacionalização e instrumentalização no acesso e disseminação de informações, afastando-se de uma leitura crítica sobre a epistemologia de tais informações, sobretudo no que se refere a pensá-la como resultado de relações sociais e históricas.

O poder, informacional, desdobra-se capilarmente e difusamente, não estando confinado apenas às dimensões do governo, da biblioteca, das instituições, passando a circular também na escrita, no discurso ou em sistemas complexos, tal como a Internet, ou, por exemplo, qualquer categoria de identidades oficiais, de reconhecimento valorativo ou cultural. A informação deve ser apreendida numa relação estabelecida entre dois lugares, “centro” e uma “periferia” e cujo significado esboça uma relação de poder legítima e condensada nos aparelhos, técnicos e instituições (LATOURE, 2004).

Frohmann (1992) sugere que as relações de poder constituem um sistema informacional no qual estão configurados a produção, distribuição, a organização e o consumo, e sobre o qual estão dominados pelas relações de produção. A ciência, enquanto conhecimento institucionalizado, é formadora e mantenedora de sistemas de disciplinas e conhecimentos científicos, a depender dos interesses nacionais e comerciais. Dessa forma, os saberes em questão estão ligados na materialidade de bases sócio produtivas e culturais.

Uma aproximação sobre o sistema informacional pode ser discutida a partir da concepção sistêmica, reveladora das relações entre criação, circulação e distribuição dos fenômenos informacionais e suas respectivas determinações valorativas no conjunto. Essa noção é compreendida, segundo González de Gómez (1990, p. 119), pela homogeneização de um domínio plural, afirmado pelas “ações de informação”, ou seja, aquelas já institucionalizadas (como bibliotecas, arquivos, centros de documentação), mas também outras ainda incipientes a serem formalizadas. As dimensões administrativas, financeiras e culturais são todas elas exemplos de ações de informação.

O sistema se baseia na reciprocidade “normativa” entre indivíduos que partilham o processo de atividades de recuperação da informação, instituídas, dessa forma, de um “valor informacional”, atribuídos pelas regras valorativas do sistema. Esses valores “normativos” são justamente os determinantes e legitimadores da “pragmática narrativa” em relação ao sistema informacional (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1990). O problema aqui posto é de como superar ou ir além das pragmáticas narrativas colocadas pelos sistemas valorativos, tecendo novas relações e significações, novas práticas e valores. Nesse sentido, uma “ação de informação” prescinde de uma realização não restritiva, ou seja, que não estanque a circulação da informação, buscando uma reformulação participativa no campo de significados; em outros termos, não se limitando aos quadros “institucionais-normativos” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1990).

O usuário de informação adquire consistência e relevância num espaço marcado pela horizontalidade das tecnologias de informação, dispositivos de potencialização de espaços mercadológicos, em bases “*information on pay-per-use basis*” (FROHMANN, 1992). As bases de “informação científica” encontradas nas instituições e universidades, e no consumo de conteúdos culturais e de entretenimento como mercadorias, seguem o modelo de mercado consumidor, práticas conhecidas do sistema de produção capitalista.

Um segundo desdobramento pode ser apreciado sobre a imersão das informações nas práticas sociais. Uma primeira aproximação pode ser pensada em termos da dualidade da materialidade da informação, tanto como “propriedade física” quanto “prática social institucionalizada” à qual, por sua vez, é condição necessária ao seu surgimento. Uma vez que a informação se refere sempre à materialidade e às práticas sociais, a “ética” sobre os regimes de informação não deve estar restrita a algo denominado “informação”, mas norteado sobre uma construção reflexiva mais ampla. Trata-se de uma questão que não se distancia de uma reflexão ética mais abrangente sobre a qual estão inseridas as práticas informacionais. Citando novamente Frohmann (2002, p. 10):

Acesso à informação, se refere, para nós, acesso a práticas sociais. O problema para o pobre, o marginal e aos ‘outsiders’ não é que lhes faltam dispositivos de comunicação, mas que eles são injustamente excluídos das relações sociais, essenciais para a verdade nos documentos, nos enunciados e nas representações e textos de qualquer tipo, em resumo, para que lhes surjam informações.

As desigualdades em informação se referem às mesmas inequidades do mundo material; como educação, saúde, justiça e promoção de políticas públicas. Os fluxos de inovação e de conhecimento científico e tecnológico, o fortalecimento do desenvolvimento e da economia local derivam de relações sociais determinadas e de distintos fluxos desiguais de comunicação e de conhecimento, de dinheiro e de possibilidade de construção do mundo simbólico, cultural e material.

4 USOS E ARTICULAÇÕES SOCIAIS DO CONHECIMENTO

Informação e conhecimento ganham espaço cada vez maior na sociedade da informação. O aumento de fluxos dos mesmos está ligado, no entanto, à sua inserção na dimensão da produção econômica. A “apropriação da informação científica” do saber, o controle do trabalhador pela empresa e por sistemas de classificação e tratamento da informação, como os buscadores na Internet para efeitos comerciais, além da importância dos processos de inovação e de novos serviços em informação que surgem em função das tecnologias de informação em um campo informacional altamente complexo e dinâmico, expõem a lógica instrumental da informação e do conhecimento, corolário da sociedade da informação.

A reorganização das finanças e da produtividade, que marcam a acumulação capitalista, baseia-se nas redes e em processamento de informação. A noção de “propriedades regenerativas da informação”, na qual aparecem grandes eixos sociais, culturais e econômicos (educação, medicina, biotecnologia, softwares) que continuam preparados para a exploração comercial e altamente lucrativa da indústria da informação, através de sistemas de redes e processamento de informações (SCHILLER, 2011).

A percepção da inevitabilidade dos rumos do desenvolvimento tecnológico, ou de que as decisões nessa área se restringem a especialistas, investidores e gestores públicos e privados, obscurece o fato de que as escolhas tecnológicas constituem um campo de disputas. Do mesmo modo, contrariamente à visão do papel ativo do capital e ativo/passivo do trabalho no âmbito da dinâmica tecnológica, observa-se que, historicamente, a introdução de diversas tecnologias e inovações é precedida de conflitos que envolvem capital e trabalho (ALBAGLI, 2013, p. 118).

A dialética e as contradições que caracterizam as sociedades se relevam também no campo das inovações, das tecnologias e da apropriação da informação e do conhecimento, da ciência e da tecnológica, pois:

É a partir dessa perspectiva que devem ser compreendidos os atuais antagonismos em torno da disputa pela apropriação da informação e do conhecimento e das tecnologias que lhes dão suporte. Significa reconhecer que as relações sociais de produção precedem o desenvolvimento das forças produtivas (aí incluídas ciência e tecnologia). (ALBALGI, 2013, p. 118).

O processo de inovação e aprendizado tem sido focado, até agora, pelos parâmetros ligados à intensificação da racionalização do trabalho e do lucro, a partir do qual se busca compreender, em termos de inovação tecnológica, suas “mensurações”, “fontes” e “resultados”, que se baseiam na competitividade e na lucratividade, objeto ao qual se debruçaram correntes do pensamento econômico como os “neoschumpetarianos” e a “escola de regulação” (ALBAGLI, 2010, p.07).

A captura das subjetividades do trabalhador pelas empresas e do valor econômico atribuído às informações, não obstante, faz parte de um processo mais amplo e dinâmico de resistências e contradições, devido à própria dinâmica informacional sobre a qual está assentada a produção econômica, à medida que permite a socialização da linguagem, do conhecimento e das subjetividades pelo “trabalho informacional”. Em oposição à sociedade industrial, o trabalhador torna-se comunicativo por excelência e disposto a colaborar, a inventar e a produzir novos procedimentos produtivos. Essa nova forma de organizar o trabalho coloca no centro do processo produtivo os “recursos imateriais” (SANSON, 2009, p. 41), que, como observa bem os autores do capitalismo imaterial, reproduz novas relações sociais e de subjetividades (SANSON, 2009).

Essa é a tese do capitalismo cognitivo para o qual o “trabalho imaterial”, ao produzir as subjetividades e baseado na comunicação, característica comunicacional, dá-se pela elasticidade da dinâmica social da produção à qual produz, por sua vez, contradições e tensionalidades (HARDT; NEGRI, 2005). Isso coloca a questão da subversão da tecnologia e da inovação em favor dos interesses das pessoas:

A percepção da inevitabilidade dos rumos do desenvolvimento tecnológico, ou de que as decisões nessa área se restringem a especialistas, investidores e gestores públicos e privados obscurece o fato de que as escolhas tecnológicas constituem um campo de disputas. Do mesmo modo, contrariamente à visão do papel ativo do capital e ativo/passivo do trabalho no âmbito da dinâmica tecnológica, observa-se que historicamente a introdução de diversas

tecnologias e inovações é precedida de conflitos que envolvem capital e trabalho. (ALBAGLI, 2013, p. 118).

O uso de tecnologias pelos indivíduos em certa comunidade aumenta a capacidade de intercâmbio de informações, de soluções e de reconhecimento sociocultural. Pode, além disso, sustentar uma complexa teia de informações, ideias e representações às quais perpassam os indivíduos e compõem o universo simbólico e cultural (MARTELLETO; SILVA, 2004), de modo a fortalecê-los e dinamizá-los.

A reorganização do paradigma produtivo, no qual novos formatos, processos e serviços, somados ao papel essencial dos insumos econômicos – informação, conhecimento e inovação –, ressalta a necessidade de políticas públicas orientadas à tecnologia e a inovação, capazes de promover ações interventivas e estruturais em relação às novas configurações sociais e políticas. Em conjunto, essas transformações nos padrões econômicos e sociais, traduzidos em termos de investimentos a partir da ação política, acarretam consequências positivas ou negativas ao desenvolvimento.

4.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL

O termo sociedade da informação passou algum tempo a ceder espaço para o de sociedade do conhecimento (PYATI, 2010, p. 406). Não se trata apenas de uma escolha puramente terminológica. O binômio informação-conhecimento sofre uma ruptura a medida que o primeiro é entendido sobre sua forma apenas como mercadoria ou algo puramente operatório, enquanto o segundo expande as fronteiras impostas a este entendimento, a medida em que está disponível e pode ser apropriado a quem se interessa. (UNESCO, 2005).

Com a derrocada do neoliberalismo na década de 90, projetos políticos voltados à educação e à aplicação de tecnologias sociais não têm sido empregados de forma sistemática. Além disso, com a mercantilização da informação, as empresas de telecomunicações sofreram, sobretudo na década de 90, com a penetração do neoliberalismo nos países menos desenvolvidos, como no caso do Brasil, um amplo processo de privatização e fusões de empresas estrangeiras, em função da potencialidade de consumo, advinda das tecnologias de informação, mas também das necessidades dos investimentos e melhorias nesses setores e da impossibilidade dos estados as custearem.

No Brasil, em 2000, sob o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, realizou-se o programa “Sociedade da Informação no Brasil” (1995-2003), cujo estudo trazia algumas análises, estratégias e ações no tocante à construção e ao impacto da Sociedade da Informação. Esses elementos de discussão e estudo desenvolvidos por expoentes de diferentes áreas do conhecimento deram origem ao que se denominou de Livro Verde. O estudo trazia também uma discussão, em âmbito nacional, das convergências entre interesse privado e o interesse público.

A implementação de uma política condizente com os postulados neoliberais, que visavam à desburocratização, à desestatização e à desregulamentação – em todos os segmentos (trabalho, economia, telecomunicações etc.), fundamentou as diretrizes do governo federal, inviabilizando o ganho democrático no acesso à informação, comunicação e conhecimento. À medida que a política de liberalização econômica foi se instalando, foram sendo feitas fusões, aquisições e processos de privatização, trazendo ao Brasil empresas estrangeiras. O mercado de bens e serviços de informática e telecomunicações no país movimentou cerca de US\$ 50 bilhões anuais em 2000, contribuindo significativamente para o crescimento da economia. Ademais, tal mercado teve um impacto positivo na diminuição de custos, impelindo à inovação e, dessa forma, à maior competitividade por parte das empresas (TAKAHASHI, 2000).

Políticas públicas em longo prazo, e não apenas pontuais, são necessárias para a elaboração de processos sólidos e sustentáveis. Uma dimensão que merece particular destaque refere-se à consciência das políticas tecnológicas e científicas como um todo orgânico, uma vez que elas trazem o estímulo à disseminação e ao uso de novos produtos, serviços e processos. Projetos com enfoque nas tecnologias de informação e educação de qualidade promovem o empreendedorismo e a inovação.

É importante fatores como aprendizado, conhecimento, educação e valorização do capital social, este último sustentado a partir das relações sociais específicas, o que significa ressaltar a dimensão espacial desses fenômenos. O capital social é entendido pela literatura como normas, valores e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro dos grupos sociais (MARTELETO; SILVA, 2004). A ampliação ou o estrangulamento do capital social diz respeito à interconexão com redes institucionais, sejam instituições políticas sejam cadeias produtivas-econômicas, exteriores a uma determinada realidade, grupo social ou comunidade. O processo de aprendizado e de fortalecimento das redes culturais, econômicas e sociais, dimensões estruturantes de

uma determinada região bem como suas inter-relações (tanto em termos institucionais, quanto em termos de iniciativa privada), forma um ambiente complexo, o qual deve estar harmoniosamente configurado ao desenvolvimento regional.

Assim, junta-se a inter-relação entre estrutura governamental e capital social, uma vez que as decisões e instituições políticas podem tanto promover quanto impedir o desenvolvimento do capital social. A natureza da relação aqui se dá pela descentralização e participação no processo político. A forma de “estruturas formais de cooperação” constitui na formalização entre governo local e associações, formando um ambiente político favorável à participação democrática (ALBAGLI, 2013; MARTELETO, SILVA, 2004). Para Cavalcante (2012, p. 124):

[...]o desenvolvimento local está ligado a importantes fatores que contribuem para o crescimento comunitário: as questões geopolíticas, a difusão espacial, os fluxos temporais e informacionais, a cultura e as potencialidades existentes e identificadas, como turismo, agronegócio, artesanatos etc., fomentando atividades produtivas de bens e serviços como participação comunitária.

De um ponto de vista sociológico, Piaty (2010) afirma que a articulação e as vozes de movimentos sociais e ONGs para com os grupos e atores sociais marginalizados, tanto quanto aqueles que estão no setor do emprego informal, em suma, aqueles que não são contemplados com legislações e políticas específicas, também podem ser uma ponte mediadora para a construção de consenso e de representatividade que almeje à criação de centros, bibliotecas que vão ao encontro das necessidades informacionais destes grupos. O emprego de tecnologias de inovação e do acesso à informação e, principalmente, do “empreendedorismo” deve estar vinculado a partir da prática social da solidariedade e de bem comum; caso contrário, fica limitada a ideologia do cidadão consumidor, diminuindo conceitos essenciais como democracia social, participação democrática e bens públicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva adotada dialoga com o referencial teórico segundo o qual expõe a tecnicidade e a instrumentalização da informação e do conhecimento.

A gênese do termo sociedade da informação demonstra a noção histórico-ideológica sobre a qual ele foi criado, uma vez que a “informatização” das sociedades esteve relacionada à acumulação do capital. Dessa forma, a sociedade da informação

reproduz o paradigma da produção mercadológica da informação e do conhecimento, informação-científica, a construção do conhecimento corporativo, a recuperação da informação e informação para entretenimento e consumo.

É importante destacar aqui a impossibilidade da “neutralidade” da informação e do conhecimento, pois partimos do pressuposto de que estes estão imersos dentro de práticas institucionais e socialmente determinadas (ALMEIDA, 2015). Tal perspectiva se choca com o paradigma conservador da Ciência da Informação, que faz dela um campo específico de disseminação e recuperação da informação científica e tecnológica, servindo como as demais ciências positivas aos fins de dominação, esquivando-se de determinações humanistas e problematizadoras da ordem social. Em contraposição a isto, há momentos históricos que demonstram o flerte com posições mais “militantes” (FROHMANN, 1993) e revolucionárias, nos quais surgem termos como “biblioteca pública” e “informação social” (ALMEIDA, 2015).

Nesse sentido, devemos buscar uma reorientação político-prática, enquanto ações afirmativas que promovam potencialidades e competências informacionais entre os indivíduos, baseadas sobre o acesso público da informação, da cultura e do conhecimento.

Políticas de desenvolvimento focadas nas novas tecnologias de informação e no ensino de qualidade, o qual, por sua vez, gera capacidades de formalizar conhecimentos e inovação, desenvolve ao mesmo tempo o empoderamento informacional, enfatizando em tal processo a ideia de desenvolvimento participativo. Desenvolvimento, aqui, associado também a importância de participação de regiões em cadeias econômicas de alto valor agregado, assim como de utilização social da tecnologia. A particularidade da reconfiguração produtiva pautada nos serviços e em tecnologia exige mão de obra qualificada, conhecimento e inovação, bem como capacidades intercomunicativas. A ausência de investimentos públicos para a educação, e de uso de ciência e tecnologia (seja ela de informação e comunicação ou tecnologia social), destroem o argumento que de uma sociedade da informação e curso, à medida em que a participação nela se concretiza em poucos países e regiões, criando processos desiguais entre os fluxos de informação e de riqueza.

REFERÊNCIAS

- ALBALGI, S. Informação, saber vivo e trabalho imaterial. *In*: ALBAGLI, S. (Org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia, 2013.
- _____; MACIEL, M. L. Information, Power and Politics: from the South, beyond the South. *In*: ALBRAGLI, S.; MACIEL, M. L. **Information, power and politics: technological and institutional mediations**. Lanham, United Kingdom: Lexington books, 2010.
- _____. **Capital social e empreendedorismo local**. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/NTF2/NT%20SaritaMLucia.PDF>>. Acesso em: 7 set. 2016.
- ARAÚJO, C. A. A. **Correntes teóricas da Ciência da Informação. Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 192-204, set./dez. 2009.
- ALMEIDA, O. F. Conservadorismo e revolução (ou reformismo) na biblioteconomia e na ciência da informação. **Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v. 8, n. 2, p. 132-144, jul./dez. 2015.
- BELL, D. **O advento da sociedade Pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BOLAÑO, C. R. S. Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo: A reconfiguração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. **Revista Sociedade Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-78, dez. 2002. Acesso em: 2 out. 2012. Disponível em: <<https://linux.ime.usp.br/~danielc/educar2002/aula7/paco.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2016.
- _____. Ciência da informação, esfera pública e a economia política do conhecimento: O caso projeto genoma humano do câncer de São Paulo. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., [2003], [Belo Horizonte]. **Anais...** [Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2003]. Não paginado.
- _____, KOBASHI, N.; SANTOS, R. N. M. dos. A lógica econômica da edição científica certificada. **Encontros Bibli**, Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2006.
- _____; MATTOS, F. Conhecimento e informação na atual reestruturação produtiva: para uma crítica das teorias da gestão do conhecimento. **DataGramZero**, v. 5, n. 3, jun. 2004.
- BRITO, L. Gestão do conhecimento: instrumento de apropriação pelo capital do saber do trabalhador. **Cadernos de Educação**, Pelotas, RS, v. 30, p. 135-148, jan./jul. 2008.
- BUCKLAND, M. Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science**, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CAVALCANTE, L. E. Mediação da informação, desenvolvimento local e comunidades. *In*: CAVALCANTE, L. E.; PINTO, V. B.; VIDOTTI, S. A. B. G. (Org.). **Ciência da Informação e contemporaneidade**: tessituras e olhares. Fortaleza: UFC, 2012.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DRUCKER, P. **A sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1993.

FROHMANN, B. Communication technologies and human subjectivity: the politics of postmodern information science. *In*: CONFERÊNCIA ANUAL CANADENSE DA ASSOCIAÇÃO PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 1993. **Anais...** Anigonish, Nova Scotia, 1993.

_____. Taking information policy beyond information science: Applying the actor network theory. *In* H. A. Olson, & D. B. Ward (Eds.) **Proceedings of the 23rd Annual conference of the Canadian Association for Information Science**, 7–10 June 1995, Edmonton, Alberta. Disponível em: <http://www.caicsci.ca/proceedings.1995/frohmann_1995.pdf>. Acesso em: 7 set. 2016.

FUCHS, C. Capitalism or information society? The fundamental question of the present structure of society. **European journal of social theory**. University of Westminster (UK), nov./2012.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de Informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n.3, p. 43-60, set./dez. 2012.

_____. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 19, n.2, p. 117-122, jul./dez. 1990.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multitude**: guerra e democracia na era do império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HERSCOVICI, A. Capital intangível e direitos de propriedade intelectual: uma análise institucionalista. **Revista Economia Política**. v. 27, n. 3, p. 394-412, 2007.

_____; BOLAÑO, C. A crítica da economia política da informação e do conhecimento. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA, 10., 2005. **Anais...** Campinas, 2005.

LATOUR, B. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. Bruno Latour (com a colaboração de Èmilie Hermant). *In*: PARENTE, André. **Tramas da Rede**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

MARTELETO, M, R; SILVA, A, O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o

desenvolvimento local. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, set./dez. 2004.

MATTELART, A. **A globalização da comunicação**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

_____. **História da Sociedade da Informação**. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. Por uma arqueologia da "Sociedade da informação". In: MATTELART, A. *et al.* **Comunicação e a crítica da economia política: perspectivas teóricas e epistemologia**. São Cristovão, SE: UFS, 2008. p. 53-73.

PYATI, A. Re-envisioning the knowledge society in India: revisiting neoliberalism and the case for the "public". **Ephemera**, v. 10, n. 3/4, p. 406-420, 2010.

ROBREDO, J. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília, DF: Thesaurus, 2003.

SANSON, C. A produção biopolítica é constitutiva ao capitalismo cognitivo. **Liinc em Revista**, v. 5, n. 2, p. 206-214, set. 2009.

SCHILLER, D. Capitalismo digital em crise. In: MACEIL, M. L.; ALBAGLI, S. (Org.). **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da informação no Brasil: livro verde**. Brasília: MCT, 2000.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Towards Knowledge Society**. França: UNESCO Publishing, 2005.

VALENTIM, M. L. P. Ambientes e fluxos de informação. In: _____ (Org.). **Ambientes e fluxos de informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

SOBRE O AUTOR

Vinicius Aleixo Gerbasi

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Unesp-Marília.

E-mail: vinicius.gerbasi@yahoo.com.br

Recebido em: 05/04/2017; **Revisado em:** 10/05/2017; **Aceito em:** 20/05/2017.

Como citar este artigo

GERBASI, Vinicius Aleixo. Sociedade da informação: a lógica instrumental do acesso à informação e ao conhecimento. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 96-118, jan./jun. 2017.